



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a crônica *Caso de polícia*, de Ivan Angelo, e responda às questões de números **01** a **08**.

Desde que viu pela primeira vez um filme policial, o rapaz quis ser um homem da lei. Sonhava viver aventuras, do lado do bem. Botar algemas nos pulsos de um criminoso e dizer, como nos livros: “Vai mofar na cadeia, espertinho”.

Estudou Direito com o objetivo de ser delegado de polícia. No início do curso, até pensou em tornar-se um grande advogado criminal, daqueles que desmontam um por um os argumentos do nobre colega, mas a partir do segundo ano percebeu que seu negócio eram mesmo as algemas. **Assim que** se formou, inscreveu-se no primeiro concurso público para delegado. Fez aulas de defesa pessoal e tiro. Estudou tanto que passou em primeiro lugar e logo saiu a nomeação para uma delegacia em bairro de classe média, Vila Mariana.

No dia de assumir o cargo, acordou cedo, fez a barba, tomou uma longa ducha, reforçou o desodorante para o caso de algum embate prolongado, vestiu o melhor terno, caprichou na gravata e olhou-se no espelho satisfeito. Encenou um sorriso cínico imitando Sean Connery e falou:

– Meu nome é Bond. James Bond.

Na delegacia, percorreu as dependências, conheceu a equipe, conferiu as armas, as viaturas, e sentou-se à mesa, à espera do primeiro caso. Não demorou: levaram até ele uma senhora idosa e enfezada.

– Doutor, estão atirando pedras no meu varal!

Adeus 007. O delegado-calouro caiu na besteira de dizer à queixosa que **aquilo** não era crime.

– Não é crime? Quer dizer que podem jogar pedras no meu varal?

– Eu não posso prender ninguém por isso.

– Ah, é? Então a polícia vai permitir que continuem a jogar pedras no meu varal? A sujar minha roupa?

James Bond não tinha respostas. Procurou saber quem jogava as pedras. A velha senhora não sabia, mas suspeitava de alguém da casa ao lado. O delegado mandou “convidarem” o vizinho para uma conversa e pediu que trancassem a senhora numa sala.

– Ai, meu Deus, só falta ser um velhinho, para completar!
– murmurou o desanimado Bond.

Era um **velhinho** que confessou tudo dando **risadinhas** travessas. Repreendeu-o **com tom paterno**:

– O senhor não pode fazer uma coisa dessas. Por que isso, aborrecer as pessoas?

– É para passar o tempo. Vivo sozinho, e com isso eu me divirto um pouco, né?

O moço delegado cruzou as mãos atrás da cabeça, fechou os olhos e meditou sobre os próximos trinta anos. Pensou também na vida, na solidão e em arranjar uma namorada. Abriu os olhos e lá estava o velhinho.

– Pois eu vou contar uma coisa. A sua vizinha, essa do varal, está interessadíssima no senhor, **gamadona**.

O velho **subiu nas nuvens**, encantado. Recusou-se a dar mais detalhes, mandou-o para casa, e chamou a senhora:

– Ele esteve aqui. É um senhor de idade. **Bonitão**, viu? Confessou que fez tudo por amor, para chamar a sua atenção. Percebeu que uma chama romântica brilhou nos olhos dela.

Caso encerrado.

(Humberto Werneck, Org. *Coleção melhores crônicas – Ivan Angelo*. Global, 2007. Adaptado)

01. Pelas informações presentes no texto, é correto afirmar que o rapaz

(A) decidiu ser delegado intrigado pelos crimes não solucionados pela polícia e se imaginava repetindo frases de seus personagens favoritos, quando prendesse criminosos.

(B) cursou Direito com o intuito de tornar-se um respeitadíssimo advogado criminal, mas seu desempenho mediano nos estudos o levou a optar por ser delegado de polícia.

(C) preparou-se com esmero para o primeiro dia de trabalho, incorporando os gestos e a aparência de James Bond, embora estivesse contrariado por ter sido designado para um bairro de classe média.

(D) surpreendeu os demais funcionários da delegacia por conduzir, com firmeza e rigor jurídico, o caso dos vizinhos idosos que há tempos brigavam por motivos insignificantes.

(E) decepcionou-se por seu primeiro caso não apresentar a relevância que ele esperava, entretanto conseguiu encerrá-lo de forma bem-sucedida, servindo-se de trâmites não ortodoxos.

02. Analisando as atitudes do delegado, da senhora queixosa e do vizinho, pode-se caracterizá-los, correta e respectivamente, como:

(A) sonhador; fofoqueira e apaixonado.

(B) conciliador; vaidosa e taciturno.

(C) intransigente; autoritária e esperto.

(D) inexperiente; decidida e solitário.

(E) ingênuo; dissimulada e divertido.

03. Assinale a alternativa que traz a afirmação correta sobre o texto.

(A) A expressão **assim que**, no 2º parágrafo, exprime ideia de tempo e pode ser substituída corretamente por *enquanto*.

(B) O pronome **aquilo**, no 7º parágrafo, refere-se à maneira desrespeitosa com que a senhora idosa tratou o novo delegado.

(C) A expressão **com tom paterno**, no 13º parágrafo, associa ao verbo repreender a circunstância adverbial de modo.

(D) A expressão **subir nas nuvens**, no 18º parágrafo, está empregada em sentido próprio e significa *ficou entusiasmado*.

(E) Os diminutivos **velhinho** e **risadinhas**, no 13º parágrafo, e os aumentativos **gamadona** e **bonitão**, no 17º e no 19º parágrafos, atribuem valor afetivo a esses substantivos.

04. Considere os trechos destacados na frase a seguir.

Na delegacia, vagorosamente percorreu **as dependências**, cumprimentou **todos da equipe**, decidiu conferir **as armas e as viaturas** e sentou-se à mesa, onde aguardou **o seu primeiro caso**.

Assinale a alternativa em que os pronomes estão adequadamente colocados na frase e substituem, correta, respectivamente e de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as expressões destacadas.

- (A) Na delegacia, vagorosamente as percorreu, cumprimentou-os, decidiu conferi-las e sentou-se à mesa, onde o aguardou.
- (B) Na delegacia, vagorosamente as percorreu, cumprimentou-os, decidiu conferi-lhes e sentou-se à mesa, onde aguardou-o.
- (C) Na delegacia, vagorosamente as percorreu, cumprimentou-lhes, decidiu conferi-las e sentou-se à mesa, onde aguardou-o.
- (D) Na delegacia, vagorosamente percorreu-as, cumprimentou-lhes, decidiu conferi-las e sentou-se à mesa, onde o aguardou.
- (E) Na delegacia, vagorosamente percorreu-as, cumprimentou-os, decidiu conferi-lhes e sentou-se à mesa, onde aguardou-o.

05. Leia a frase.

O velhinho ficou encantado ao pensar que a vizinha se interessava por ele, _____ o delegado-calouro recusou-se a dar mais detalhes _____ mandou-o para casa, chamando posteriormente a senhora queixosa _____ ambos finalizassem a conversa.

Para que a frase mantenha o sentido do texto, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) todavia ... quando ... caso
- (B) porém ... depois que ... de sorte que
- (C) portanto ... mas ... conforme
- (D) entretanto ... e ... para que
- (E) pois ... visto que ... a fim de que

06. Nas frases reescritas a partir das ideias do texto, o sinal indicativo de crase está corretamente empregado em:

- (A) O rapaz estudou Direito visando à se tornar um respeitado delegado de polícia.
- (B) Caso exercesse a profissão de advogado, imaginava-se suficientemente astuto para opor-se à qualquer argumentação de outros colegas.
- (C) Inscreveu-se no concurso e dedicou-se à aulas de defesa pessoal e tiro.
- (D) Passou em primeiro lugar e em pouco tempo se deu à nomeação para a delegacia do bairro de Vila Mariana, em São Paulo.
- (E) Para dar continuidade à investigação, o jovem delegado convocou o velhinho a quem a senhora havia se referido como suspeito.

07. Assinale a alternativa em que a pontuação foi empregada de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O moço delegado cruzando, as mãos atrás da cabeça, fechou os olhos e pôs-se a pensar, na vida, na solidão, em ter uma namorada. Abriu os olhos e lá estava o velhinho a observá-lo com curiosidade!
- (B) O moço delegado, cruzando as mãos atrás da cabeça, fechou os olhos e pôs-se a pensar: na vida, na solidão, em ter uma namorada... Abriu os olhos e lá estava o velhinho a observá-lo com curiosidade.
- (C) O moço delegado, cruzando as mãos atrás da cabeça, fechou os olhos e pôs-se a pensar: na vida, na solidão, em ter uma namorada. Abriu os olhos e lá estava, o velhinho a observá-lo com curiosidade!
- (D) O moço delegado cruzando, as mãos atrás da cabeça, fechou os olhos e pôs-se a pensar, na vida, na solidão, em ter uma namorada... Abriu os olhos e, lá estava, o velhinho a observá-lo com curiosidade.
- (E) O moço delegado cruzando as mãos atrás da cabeça, fechou os olhos, e pôs-se a pensar: na vida, na solidão, em ter uma namorada... Abriu os olhos e lá estava, o velhinho a observá-lo, com curiosidade.

08. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a concordância verbal e nominal está correta em:

- (A) Nesta locadora existe à disposição dos clientes filmes policiais renomados, tanto nacionais como estrangeiros.
- (B) À porta do hotel, havia repórteres aguardando a entrevista com o ator escolhido para ser James Bond nos próximos filmes da série.
- (C) Depois de ouvida atentamente as reprimendas do delegado, o velhinho justificou-se dizendo que importunava a vizinha apenas para divertir-se um pouco.
- (D) A senhora indignou-se com as pedras que sujavam seu varal e, embora idosa, resolveu ela mesmo ir à delegacia.
- (E) Graças à intervenção do delegado, o caso foi encerrado de forma que todos estivessem quite com a justiça.



(Bob Thaves, *O Estado de S. Paulo*, 06.06.2010)

09. Considere as frases elaboradas a partir da tirinha.

A falta de discernimento _____ que o rei se conduz diante da multidão evidencia que ele é um governante inapto.

A aprovação de sua conduta política, _____ que depende sua permanência no trono, limita-se a poucos aliados.

As falcatruas políticas, _____ que o povo tem sentido cada vez mais repulsa, marca vergonhosamente a trajetória de alguns governantes.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as preposições que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas das frases são:

- (A) em ... a ... de
- (B) em ... de ... por
- (C) a ... com ... em
- (D) com ... a ... de
- (E) com ... de ... por

10. Supondo que o serviçal do rei empregasse outra frase para comentar com seu colega a reação do monarca diante dos protestos, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, ele se expressaria corretamente ao dizer:

- (A) Sua Majestade não se deu conta de que está desprestigiado pelo povo.
- (B) Sua Majestade não se deu conta de que estais desprestigiada pelo povo.
- (C) Vossa Majestade não se deu conta de que estais desprestigiado pelo povo.
- (D) Vossa Majestade não se deu conta de que está desprestigiado pelo povo.
- (E) Vossa Majestade não se deu conta de que está desprestigiada pelo povo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Dentre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, consta a seguinte previsão:

- (A) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- (B) a criação de associações e de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, não podendo tais entes ser compulsoriamente dissolvidos ou ter suas atividades suspensas, ainda que por decisão judicial.
- (C) conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (D) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- (E) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.

12. A respeito da intervenção nos Municípios, é correto afirmar que a Constituição Federal prevê que

- (A) uma das hipóteses que autorizam a intervenção consiste na não aplicação do mínimo exigido, da receita municipal, na manutenção e desenvolvimento da educação, nas ações e serviços públicos de saúde e nas ações de preservação ambiental.
- (B) a competência para decretação e execução da intervenção, em qualquer Município da federação, é do Governador de Estado ou do Presidente da República.
- (C) é hipótese de intervenção o provimento pelo Tribunal de Justiça de representação que vise assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem, de decisão judicial ou de decisão do Tribunal de Contas.
- (D) são requisitos do decreto interventivo as especificações de amplitude, de prazo e de condições de execução, sendo que o Governador de Estado deverá obrigatoriamente nomear interventor, afastando as autoridades envolvidas.
- (E) se a suspensão da execução do ato impugnado não for suficiente para o restabelecimento da normalidade, o Governador de Estado decretará a intervenção no Município, submetendo esse ato à Assembleia Legislativa, que, estando em recesso, será convocada extraordinariamente.

13. É aprovado projeto de lei na Câmara Municipal de Rosana que estabelece observância de distância mínima da farmácia ou drogaria existente para a instalação de novo estabelecimento no perímetro. Seguindo o autógrafo para sanção do Prefeito Municipal, é correto afirmar que o Prefeito deve
- (A) sancioná-lo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pois o entendimento do Supremo Tribunal Federal é que leis municipais com tal conteúdo encontram-se dentro da competência municipal de legislar sobre matéria de interesse local.
 - (B) vetá-lo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pois o Supremo Tribunal Federal considera inconstitucionais as leis municipais que façam tal restrição, em ofensa à livre concorrência e à liberdade do exercício da atividade econômica.
 - (C) sancioná-lo, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, pois não há entendimento em sentido contrário, pela inconstitucionalidade da previsão legal, no âmbito da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) vetá-lo, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, pois embora não haja vício de inconstitucionalidade, já que legislar sobre comércio é competência municipal, o projeto não atende ao interesse público, que é pela mais ampla oferta de medicamentos.
 - (E) devolver o projeto à Câmara Municipal, solicitando parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que se manifeste, em caráter vinculante, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sobre a constitucionalidade da restrição.
14. Os Municípios são regidos por Leis Orgânicas, que deverão observar determinados preceitos previstos na Constituição Federal. Nesse sentido, em relação ao Poder Executivo Municipal, deverá a Lei Orgânica Municipal prever
- (A) a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito até o dia 10 de janeiro do ano subsequente ao da eleição e o julgamento do prefeito pelo Tribunal de Justiça Estadual.
 - (B) aplicação das regras atinentes à realização de dois turnos de votação, previstas para a Presidência da República, no caso de Municípios com mais de cem mil eleitores.
 - (C) subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, que não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) a perda do mandato para o Prefeito que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o afastamento previsto na Constituição Federal.
 - (E) como crime de responsabilidade do Prefeito se a Câmara Municipal gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
15. Acerca do controle de constitucionalidade das leis na atual ordem jurídica pátria, é correto afirmar que
- (A) o sistema concentrado de controle significa a possibilidade de qualquer juiz ou tribunal, observadas as regras de competência, realizar o controle de constitucionalidade, pela via incidental.
 - (B) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte, não se submete à cláusula de reserva de plenário.
 - (C) aplica-se o princípio da subsidiariedade à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, o que significa que esta é cabível na inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão, ou seja, não havendo outro meio apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata.
 - (D) é admitido o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade para atacar lei ou ato normativo revogado muito tempo antes do início do processo, na medida em que o paradigma produziu efeitos e não pode ser considerado como revestido de valor meramente histórico.
 - (E) em nosso ordenamento jurídico, é admitida a figura da constitucionalidade superveniente, pois, se o vício de inconstitucionalidade se referir a dispositivos da Constituição Federal que não se encontram mais em vigor, não há mais relevância para o exercício do controle, estando a matéria superada.

16. A Ação Declaratória de Constitucionalidade julgada procedente, nos termos da Constituição Federal, produzirá eficácia
- (A) somente entre as partes que figuraram no processo e *ex tunc*, retroagindo ao momento em que a lei ou ato normativo julgado constitucional entrou no ordenamento.
 - (B) *erga omnes* e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário.
 - (C) *erga omnes* e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (D) somente entre as partes que figuraram no processo e *ex nunc*, produzindo efeitos somente a partir do momento em que a lei ou ato normativo foi julgado constitucional.
 - (E) *erga omnes* e *ex nunc*, produzindo efeitos somente a partir do momento em que a lei ou ato normativo foi julgado constitucional, sem retroatividade.
17. Nos termos da Constituição Federal de 1988, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público
- (A) adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa.
 - (B) são estáveis após três anos de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de decisão do Tribunal de Contas.
 - (C) adquirem estabilidade após cinco anos de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica de desempenho, no qual deve ser assegurada a ampla defesa.
 - (D) são estáveis após um ano de efetivo exercício, mas podem perder o cargo em virtude de decisão da Justiça Eleitoral transitada em julgado.
 - (E) são estáveis após três anos de efetivo exercício, todavia podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
18. Com fundamento na Lei de Transparência (Lei Federal nº 12.527/11), cidadão solicita cópia integral, a ser-lhe remetida pelo correio, de um processo administrativo da Prefeitura Municipal de Rosana, no qual consta a documentação referente à licitação e ao contrato de aquisição de produtos médico-hospitalares e de fisioterapia, com entrega parcelada. A Prefeitura Municipal defere o pedido comunicando a data e local em que o processo administrativo ficará disponível para consulta do cidadão, bem como o valor que será cobrado pela reprodução de cada uma das folhas. O cidadão apresenta recurso à autoridade hierarquicamente superior, afirmando que a Prefeitura deve lhe remeter a cópia integral do processo administrativo, via correio, sem qualquer custo, pois sua situação econômica não permite arcar com as despesas de deslocamento e de reprodução do documento. Nesse caso, a autoridade competente para a análise do recurso deverá
- (A) dar provimento total ao recurso, encaminhando as cópias via correio, que é meio legítimo para a prestação das informações, a critério do cidadão solicitante, devendo, também, dispensá-lo dos custos de reprodução, pois está isento de ressarcirlos todo aquele que declarar, sob as penas da lei, que sua situação econômica não lhe permite fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.
 - (B) dar provimento parcial ao recurso, em relação ao pagamento devido, pois mediante declaração de que não possui recursos financeiros suficientes para arcar com os custos da reprodução de documentos, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, o cidadão pode ser dispensado do ressarcimento de tais custos, devendo ser negado, todavia, o envio da documentação pelo correio, pois o acesso à informação deve ser pessoal ou por meio da internet.
 - (C) negar provimento ao recurso, em relação aos dois pleitos, pois o acesso à informação deve ser pessoal ou por meio da internet, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11, e, em relação aos custos de reprodução, prevê a referida lei que o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, mas é cobrado o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.
 - (D) dar provimento parcial ao recurso, em relação ao envio pelo correio dos documentos solicitados, pois a Lei Federal nº 12.527/11 prevê que requerente pode declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos, mas, no tocante aos custos de reprodução, é obrigatório o ressarcimento, para que não haja prejuízo ao erário em razão dos custos dos serviços de reprografia e dos materiais utilizados.
 - (E) dar provimento total ao recurso, dispensando o cidadão dos custos de reprodução, pois está isento de ressarcirlos todo aquele que declarar, sob as penas da lei, que sua situação econômica não lhe permite fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, enviando a documentação pelo correio, que é meio legítimo, cobrando-lhe, no entanto, as despesas de postagem.

19. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos concernentes ao ato administrativo.

- (A) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou anulá-los, por motivo de conveniência ou de oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (B) O vício de finalidade, ou desvio de poder, consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou à seriedade do ato, que tem apenas a aparência de manifestação regular da Administração, mas não chega a se aperfeiçoar como ato administrativo.
- (C) Afirma-se que um ato é discricionário nos casos em que a Administração tem o poder de adotar uma ou outra solução, segundo critérios de oportunidade, de conveniência, de justiça e de equidade, próprios da autoridade, porque não definidos pelo legislador, que deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto.
- (D) A atuação da Administração Pública, no exercício da função administrativa, é discricionária quando a lei estabelece a única solução possível diante de determinada situação de fato; ela fixa todos os requisitos, cuja existência a Administração deve limitar-se a constatar, sem qualquer margem de apreciação subjetiva.
- (E) O desvio de poder ocorre quando o agente público excede os limites de sua competência; por exemplo, quando a autoridade, competente para aplicar a pena de suspensão, impõe penalidade mais grave, que não é de sua atribuição; ou quando a autoridade policial se excede no uso da força para praticar ato de sua competência.

20. A Prefeitura Municipal de Rosana pretende contratar artistas para a realização de um espetáculo no aniversário da cidade. Para realizar tal contratação, os agentes públicos responsáveis pela organização do *show*

- (A) devem realizar a licitação, pelo princípio da obrigatoriedade da licitação, que impõe que todos façam realizar o procedimento antes de contratarem obras e serviços, não estando a contratação de artistas dentre as hipóteses que não se compatibilizam com o rito do processo licitatório.
- (B) podem realizar a contratação direta, por caracterizar-se pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório em relação aos artistas.
- (C) devem realizar a licitação, pela modalidade de pregão, já que os serviços artísticos são comuns, com exceção daqueles serviços prestados por artistas que possuam notória fama nacional, para os quais a licitação é dispensada.
- (D) podem realizar a contratação direta, por dispensa de licitação, por previsão expressa da Lei Federal nº 8.666/93, que considera que a arte é personalíssima, não se podendo sujeitar a fatores objetivos de avaliação, requisito dos procedimentos licitatórios.
- (E) podem realizar a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, por previsão expressa da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe apenas como requisito que o artista contratado seja consagrado pela crítica ou pelo público.

21. O ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta a utilização privativa de bem público, para fins de interesse público, é a definição de

- (A) autorização.
- (B) concessão.
- (C) retrocessão.
- (D) permissão.
- (E) tredestinação.

22. O servidor público se sujeita à responsabilidade civil, penal e administrativa decorrente do exercício do cargo, emprego ou função. A respeito da responsabilidade do servidor público, é correto afirmar que
- (A) não há, com relação ao ilícito administrativo, a mesma tipicidade que caracteriza o ilícito penal, sendo que a maior parte das infrações não é definida com precisão, limitando-se a lei, em regra, a usar termos mais amplos, como falta de cumprimento dos deveres ou procedimento irregular.
 - (B) quando o servidor causa dano à terceiro, o Estado responde subjetivamente perante o terceiro, ou seja, é necessária a comprovação de dolo ou culpa, podendo, posteriormente, a Administração, em direito de regresso, efetuar descontos nos vencimentos do servidor.
 - (C) mesmo que o servidor seja condenado na esfera criminal, o juízo cível e a autoridade administrativa podem decidir de forma contrária, não obstante a sentença absolutória no juízo criminal tenha categoricamente reconhecido a inexistência material do fato.
 - (D) o servidor público civil demitido por ato administrativo, se absolvido pela Justiça em ação penal, por falta de provas, em relação ao ato que deu causa à demissão, será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos adquiridos.
 - (E) em caso de crime de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública ou enriquecimento ilícito do servidor, ele ficará sujeito a sequestro e perdimento de bens, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário, na forma da Lei Federal nº 8.429/12.
23. Em pregão realizado pela Prefeitura Municipal de Rosana, que tem por objeto a contratação de serviços de limpeza do prédio no qual se localizam os órgãos e as unidades municipais, a proposta de menor valor passa a ser examinada em relação a sua aceitabilidade. Nesse momento, verifica o pregoeiro que o valor da melhor proposta ainda é muito superior ao preço estimado pela Administração Pública na elaboração do edital. A despeito das tentativas de negociação direta, efetuadas pelo pregoeiro, a empresa que apresentou a melhor proposta não diminui o valor apresentado. Nessa hipótese, deverá o pregoeiro
- (A) revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, consistente na existência de propostas aceitáveis.
 - (B) examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
 - (C) desclassificar todas as propostas, porque superiores ao referencial, e fixar aos licitantes o prazo de dez dias úteis para a apresentação de outras propostas com valores inferiores e que possam passar pelo crivo da aceitabilidade.
 - (D) declarar todos os licitantes impedidos de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, sem prejuízo das multas previstas em edital, pois todos agiram de má-fé a apresentar propostas 70% superiores ao referencial.
 - (E) inabilitar o licitante e lhe conceder o prazo de 3 (três) dias para apresentação de razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias.

- 24.** O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei Federal nº 12.462/11, poderia ser utilizado pela Prefeitura Municipal de Rosana para licitar
- (A) obras e serviços de engenharia necessários à construção de uma Unidade Básica de Saúde e de uma Unidade de Pronto Atendimento, no Município de Rosana e que integram o Sistema Único de Saúde – SUS.
 - (B) obras de infraestrutura e de contratação de serviços para o Aeroporto Usina Porto Primavera, pois o Município de Rosana está localizado a menos de 350 quilômetros da cidade de São Paulo, que será sede de jogos de futebol nas Olimpíadas 2016.
 - (C) obras de infraestrutura de pavimentação de vias e microdrenagem, de iluminação pública ou de melhoria da mobilidade urbana, integrantes ou não do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.
 - (D) obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de unidades de atendimento socioeducativo e de unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco.
 - (E) aquisição de uniformes e armamentos para a Guarda Municipal de Rosana, como ações de segurança pública, desde que, no entanto, os recursos utilizados sejam federais, repassados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.
- 25.** Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre previsões relativas à improbidade administrativa, previstas na Lei Federal nº 8.429/92.
- (A) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo constitui ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito ou causa dano ao erário.
 - (B) Não estão sujeitos às penalidades da Lei Federal nº 8.429/92, os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.
 - (C) As disposições da Lei Federal nº 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
 - (D) Exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade, é ato de improbidade administrativa que causa dano ao erário.
 - (E) Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade fica sujeito às cominações da Lei Federal nº 8.429/92, que deverão ser aplicadas sempre de forma cumulativa, mas graduadas de acordo com a gravidade do fato.
- 26.** O controle externo da Administração Pública do Município de Rosana, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao qual compete:
- (A) julgar as contas do Prefeito Municipal, dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta municipal.
 - (B) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, para a Municipalidade de Rosana.
 - (C) constatada ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas no âmbito Municipal, aplicar as sanções previstas em lei, entre elas, a multa proporcional ao dano causado ao erário e a inelegibilidade pelo prazo de quatro (4) a oito (8) anos.
 - (D) assinar prazo para que a Municipalidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, suspendendo, se não atendido, os atos ou contratos eivados de ilegalidade.
 - (E) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

27. Sobre a possibilidade de instituir-se a hipoteca e a usucapião, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão que reconhece a aquisição da propriedade de bem imóvel por usucapião prevalece sobre a hipoteca que anteriormente tenha gravado o referido bem.
- (B) É plenamente eficaz gravar o bem com hipoteca pelo proprietário que assim consta no registro de domínio, independentemente do tempo da posse *ad usucapionem* de terceiro.
- (C) A prescrição aquisitiva – usucapião –, não poderá ser reconhecida se houver gravame hipotecário, ou outro direito real que importe em garantia, sobre o imóvel em que se exerce a posse *ad usucapionem*.
- (D) A hipoteca, por dar o bem em garantia, e a usucapião, pela natureza jurídica da posse e de seu titular, não podem recair sobre imóvel considerado como bem de família.
- (E) O direito a adquirir a propriedade por meio da prescrição aquisitiva é interrompido pela execução da hipoteca constituída sobre o imóvel em benefício do agente financeiro, por empréstimo contraído pelo promitente vendedor.

28. Quanto à evicção, é correto afirmar que

- (A) é necessária a comprovação do trânsito em julgado da sentença que reconhece a evicção para que o evicto possa exercer os direitos dela resultantes.
- (B) o direito do evicto de recobrar o preço que pagou pela coisa evicta depende do alienante participar na ação em que terceiro reivindique a coisa.
- (C) para o exercício do direito de evicção, é suficiente que a parte fique privada do bem em decorrência de ato administrativo.
- (D) as restrições decorrentes de tombamento do imóvel alienado ensejam evicção, mesmo que a adquirente tenha conhecimento do ato administrativo.
- (E) nos contratos onerosos e gratuitos, o alienante responde pela evicção. Subsiste essa garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

29. Sobre o contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta.

- (A) É válido contrato de compra e venda quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (B) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador, e os do preço, por conta do vendedor.
- (C) A tradição da coisa vendida, na falta de estipulação expressa, dar-se-á no lugar do domicílio do comprador ao tempo da venda.
- (D) É considerada inexistente a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (E) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e de registro a cargo do comprador, e, a cargo do vendedor, as da tradição.

30. Os lotes urbanos, para fins de loteamento e parcelamento do solo, conforme estabelecido na Lei nº 6.766/79, quando o loteamento se destinar a edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, poderão ter área mínima

- (A) de 150 m².
- (B) menor que 125 m².
- (C) entre 130 e 150 m².
- (D) entre 150 e 250 m².
- (E) de 250 m².

31. Determinada pessoa, em conduta não dolosa, ingressa em terreno e sofre graves queimaduras por contato com resíduos tóxicos que se encontram em terreno de particular que os expõe a céu aberto, em local onde, apesar da existência de cerca e de placas de sinalização informando a presença de material orgânico e poluente, permite o acesso de outros particulares por ser fácil, consentido e costumeiro. Quanto à responsabilidade do proprietário do imóvel, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade é objetiva, podendo ser invocada excludente de força maior ou caso fortuito.
- (B) considerando a natureza jurídica do infortúnio ambiental, caracteriza-se um dano material, mas não dano moral.
- (C) a responsabilidade se restringe a eventual lesão ao meio ambiente propriamente dito.
- (D) calcada na teoria do risco, responde pela ofensa individual, sendo irrelevante a culpa exclusiva ou concorrente da vítima.
- (E) a colocação de placas no local, indicando a presença de material tóxico, é suficiente para excluir a responsabilidade civil, subjetiva no caso.

32. Sobre o direito do autor, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens imóveis.
- (B) Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais.
- (C) Somente os estrangeiros domiciliados no Brasil gozarão da proteção assegurada nos acordos, convenções e tratados em vigor no Brasil.
- (D) Não é titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orchestra obra caída no domínio público.
- (E) Compete ao particular a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.

33. Considerando a necessidade de retificação do registro ou da averbação, que vise à indicação de rumos, ângulos de deflexão ou inserção de coordenadas georeferenciadas, em que não haja alteração das medidas perimetrais, em escritura pública, esta poderá ser feita somente

- (A) a pedido do proprietário, por ação judicial.
- (B) a pedido de qualquer interessado, por ação judicial.
- (C) a pedido do Cartório, por ação judicial.
- (D) de ofício ou a requerimento do interessado, por procedimento administrativo ou por ação judicial.
- (E) a requerimento da municipalidade, por procedimento administrativo ou ação judicial.

34. Quanto ao defeito dos atos jurídicos, está correta a afirmativa apresentada na alternativa:

- (A) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- (B) Considera-se coação a ameaça do exercício normal de um direito e o temor reverencial.
- (C) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, obriga-se a prestação que não pretendia.
- (D) É anulável negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei ou o seu objeto for indeterminável.
- (E) São os negócios jurídicos considerados nulos por dolo, quando este for a sua causa.

DIREITO DO CONSUMIDOR

35. O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou à segurança. Se eventualmente o fornecedor colocar no mercado um lote de produtos com vícios capazes de causar risco aos consumidores, ele deverá

- (A) comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.
- (B) reparar eventuais prejuízos causados para os consumidores que reclamarem do vícios, não sendo necessário que se faça qualquer comunicação ao público consumidor.
- (C) noticiar o fato pessoalmente a cada um dos consumidores que adquiriram tal produto, sendo dispensável anúncios publicitários em veículos de comunicação para alertar o público.
- (D) aguardar que algum consumidor realmente tenha prejuízos para, somente após tal fato, analisar a periculosidade e a segurança de seu produto ou serviço.
- (E) manter-se inerte, tendo em vista que responde apenas subjetivamente pelos produtos e serviços que introduz no mercado e, com isso, é o consumidor que deve fazer prova da culpa do fornecedor em eventual evento lesivo.

36. Sobre a desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) as sociedades integrantes dos grupos societários são subsidiariamente responsáveis, enquanto as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (B) o juiz deverá desconsiderar a personalidade jurídica somente quando houver má administração e falência do fornecedor.
- (C) as empresas coligadas respondem solidária e objetivamente pelos prejuízos causados aos consumidores.
- (D) as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (E) as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são ambas solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

37. Estão previstas no Código de Defesa do Consumidor as práticas comerciais consideradas abusivas. Assinale a alternativa que expõe corretamente uma dessas práticas.
- (A) Limitar quantitativamente o fornecimento de serviços com justa causa.
 - (B) Remeter produtos ao consumidor, sem solicitação prévia.
 - (C) Executar serviços sem orçamento prévio e autorização expressa do consumidor, porém com histórico de relação de consumo entre eles.
 - (D) Não deixar a fixação do termo inicial a exclusivo critério do fornecedor, dada a especialidade de cada serviço.
 - (E) Elevar, com ou sem justa causa, o preço de produtos ou serviços.
38. Um consumidor adquiriu um pacote de macarrão da marca “Adriana”, no supermercado “Rumba”. Quando chegou em casa, abriu o pacote do alimento e percebeu que estava repleto de carunchos, sendo impossível consumir tal produto. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que o caso revela um
- (A) defeito no produto, pelo qual o consumidor terá prazo de cinco anos para reclamar perante o supermercado e o fabricante do produto, respondendo o supermercado subsidiariamente pelos fatos.
 - (B) vício de qualidade e, portanto, o consumidor poderá reclamar em até 90 dias apenas contra o fabricante do produto.
 - (C) vício de quantidade e, assim, o consumidor poderá reclamar tanto para o supermercado como para o fabricante num prazo de 30 dias, tendo ambos responsabilidade solidária.
 - (D) defeito no produto, a respeito do qual o consumidor terá prazo de 30 dias para reclamar perante o supermercado e o fabricante, que responderão solidariamente pelos fatos.
 - (E) vício de qualidade, sobre o qual o supermercado e o fabricante respondem solidariamente, tendo o consumidor até 30 dias para fazer a reclamação.
39. Há previsão expressa no Código de Defesa do Consumidor acerca da Convenção Coletiva de Consumo. Sobre esse tema, é correto afirmar que
- (A) são legitimados para regular em convenção escrita relativa à preço, à quantidade e à garantia, entre outros, os Municípios e os sindicatos da categoria econômica envolvida, dada a competência concorrente de todos os entes da federação em legislar acerca dos direitos do consumidor.
 - (B) feita a convenção, ela se tornará obrigatória apenas a partir do momento em que for registrada no cartório de títulos e documentos.
 - (C) uma vez registrada, a convenção terá efeito *erga omnes*, valendo para todos os fornecedores e consumidores daquele nicho de produtos ou serviços.
 - (D) se exime de cumprir a convenção o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento.
 - (E) são legitimados para regular em convenção escrita relativa à preço, à quantidade e à garantia entre outros, os Procons Estaduais e os sindicatos da categoria econômica envolvida, dada a competência concorrente de todos os entes da federação em legislar acerca dos direitos do consumidor.
40. Antônio possui um caminhão ano 1950 e, precisando capitalizar-se, coloca a venda o bem. José, interessado na compra, leva um mecânico para avaliar o veículo e, depois de um parecer favorável do técnico, a venda é realizada. Após 60 dias de uso, o caminhão tem um problema no eixo dianteiro e precisa ficar parado por 30 dias, causando um enorme prejuízo para José, que já possuía fretes contratados. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que, a esse caso, se aplicam as regras do direito
- (A) do consumidor, sendo certo que, por se tratar de bem durável e diante do claro vício oculto, José terá 90 dias para reclamar a partir do conhecimento do vício.
 - (B) civil, por não se tratar de relação jurídica de consumo, tendo José 90 dias para exigir a reparação de seus prejuízos.
 - (C) do consumidor, sendo certo que, por se tratar de bem durável e diante do claro vício oculto, José terá 30 dias para reclamar a partir do conhecimento do vício.
 - (D) do consumidor, sendo certo que, por se tratar de bem durável e diante do claro vício oculto, José terá 05 anos para reclamar a partir do conhecimento do vício.
 - (E) civil, pois a relação jurídica travada entre as partes não contempla as figuras do consumidor e do fornecedor.

41. Compreende-se pelo princípio da *perpetuatio iurisdictionis*:

- (A) o mandamento constitucional que veda a instituição de tribunais para julgamento de fatos e condutas específicas.
- (B) a regra geral que veda a modificação da competência, que é fixada no momento da propositura da ação.
- (C) a extraordinária possibilidade de estabilização da competência em juízo absolutamente incompetente.
- (D) a vedação à extinção de órgão judiciário em que ainda haja processos em trâmite.
- (E) a vinculação do processo à pessoa física do magistrado, fixada no momento da distribuição da ação.

42. Assinale a alternativa correta com relação à formação, suspensão e extinção do processo.

- (A) Nos embargos de terceiro, quando seu objeto não abranger todos os bens, o processo principal não ficará suspenso em relação aos bens não embargados.
- (B) É facultado ao autor a modificação do pedido até a realização da audiência preliminar, quando houver, ou início da fase instrutória.
- (C) O reconhecimento da incompetência absoluta acarreta na extinção do processo sem resolução do mérito.
- (D) É vedada a suspensão do processo de execução com fundamento na inexistência de bens penhoráveis do devedor.
- (E) O autor pode desistir da ação em qualquer fase processual, independentemente do consentimento do réu, levando à extinção do processo sem resolução do mérito.

43. No que tange aos prazos processuais, é correto afirmar que

- (A) se determinada decisão interlocutória foi disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico em 26.01.2016 (terça-feira), o prazo para interposição do recurso de agravo, em sua forma instrumental, encerra-se em 05.02.2016 (sexta-feira).
- (B) os prazos estabelecidos por norma dispositiva podem ser reduzidos ou prorrogados por convenção das partes, independentemente de legítimo motivo, desde que o requerimento se dê antes do vencimento do prazo.
- (C) não havendo preceito legal nem assinatura do prazo pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para prática de ato processual a cargo da parte.
- (D) é lícito às partes, de comum acordo e por legítimo motivo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
- (E) em se tratando de prazo impróprio, são válidos e eficazes os atos praticados além do prazo fixado na lei.

44. Assinale a alternativa correta sobre os procedimentos regulados pelo Código de Processo Civil.

- (A) Na ação monitória, o processamento dos embargos se dá pelo procedimento sumário.
- (B) O procedimento especial para a ação de nunciação de obra nova aplica-se exclusivamente quando o município figurar como autor da ação.
- (C) No procedimento ordinário, a ausência do réu ou de seu advogado na audiência preliminar implica na aplicação dos efeitos da revelia.
- (D) Dá-se o arrolamento de bens, nas hipóteses legais, por meio de procedimento cautelar específico.
- (E) No procedimento sumário, quando for réu o município, a contestação deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da audiência de conciliação.

45. Em ação judicial em fase de cumprimento de sentença, o único executado, Manuel, deve pagar a quantia de R\$ 100.000,00 ao exequente Arnaldo. Sem sucesso em localizar outras espécies de bens, Arnaldo constatou que Manuel é proprietário de um imóvel localizado na praia, avaliado em R\$ 500.000,00, utilizado para veraneio. O imóvel foi penhorado, corretamente avaliado e arrematado em hasta pública por R\$ 450.000,00, em 26 de janeiro de 2016. Vera, cônjuge de Manuel, havia sido pessoalmente intimada sobre a constrição do bem. No dia seguinte à arrematação (27 de janeiro de 2016), ainda não assinada a carta de arrematação, Vera ajuizou embargos de terceiro sustentando a impossibilidade de alienação judicial do bem, pois o imóvel foi adquirido na constância do casamento (que se deu pelo regime da comunhão parcial de bens) e, portanto, a alienação traria ilegal prejuízo à sua meação. Nesse contexto, é correto afirmar que os embargos de terceiro

- (A) são intempestivos, razão pela qual serão liminarmente rejeitados pelo juiz.
- (B) são procedentes, pois, em se tratando de bem indivisível, não pode ser judicialmente alienado para satisfação da dívida.
- (C) são improcedentes, na medida em que, em se tratando de bem indivisível, a meação recairá sobre o produto da alienação do bem.
- (D) são procedentes, pois a alienação do bem se deu por valor abaixo da avaliação, causando concreto prejuízo à meação.
- (E) serão rejeitados, pois o instrumento processual correto seria os embargos à arrematação.

46. João e Maria litigam em ação indenizatória movida pelo primeiro em face da segunda. Em sentença proferida em primeiro grau de jurisdição, a ação foi julgada parcialmente procedente, motivando a interposição de recurso de apelação por ambas as partes. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP), por meio de acórdão, confirmou a parcial procedência, mas omitiu-se com relação a um dos pedidos do recurso interposto por Maria, consistente na reavaliação e na redistribuição dos ônus da sucumbência. Assim, Maria opôs tempestivos embargos de declaração, na mesma data em que João interpôs recurso especial. Em novo acórdão, o TJ/SP manteve integralmente sua decisão. Nesse cenário, de acordo com o contemporâneo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o recurso especial interposto
- (A) será normalmente processado, independentemente de qualquer nova providência por João.
 - (B) deverá ser ratificado por João no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração.
 - (C) será considerado como não interposto, devendo ser novamente apresentado por João, no prazo legal, sem alterações em seu teor.
 - (D) é prematuro e não será admitido seu processamento, ressalvada a possibilidade de João interpor novo recurso especial na forma adesiva.
 - (E) deverá ser ratificado por João no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração.
47. Assinale a alternativa correta sobre o mandado de segurança, conforme previsões da Lei nº 12.016/2009.
- (A) Admite-se o mandado de segurança contra ato da Administração Pública, ainda que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo e independente da prestação de caução.
 - (B) É cabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
 - (C) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista ou de concessionárias de serviço público.
 - (D) É dispensável a intimação do Ministério Público para que participe do mandado de segurança, salvo quando houver interesse inerente à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.
 - (E) Denegada a segurança, a sentença estará sujeita ao duplo grau de jurisdição.
48. É correto afirmar que, na ação de desapropriação por utilidade pública,
- (A) é irrecorrível a decisão que determina a imissão provisória na posse do bem.
 - (B) quando o município for autor, a competência para processar e julgar a ação é o juízo de foro do domicílio do réu.
 - (C) não se admite a citação por hora certa e a citação por edital.
 - (D) quando houver diferença entre o valor ofertado e o valor fixado para efetiva indenização, os honorários serão calculados sobre a diferença.
 - (E) o recurso de apelação, interposto por qualquer das partes, será recebido no duplo efeito.
49. Assinale a alternativa correta sobre o incidente da uniformização da jurisprudência, estabelecido no vigente Código de Processo Civil.
- (A) O incidente de uniformização da jurisprudência não pode se dar de ofício pelo magistrado, dependendo de requerimento da parte.
 - (B) As súmulas editadas pelos tribunais estaduais, em decorrência do incidente de uniformização da jurisprudência, não vincularão os juízes de primeiro grau ligados àquele tribunal.
 - (C) Quando a parte requerer a instauração do incidente nas razões de seu recurso, e não em petição avulta, sua instauração ficará condicionada à hipótese de desprovimento do recurso.
 - (D) O relator do incidente poderá solicitar a manifestação do competente órgão do Ministério Público se vislumbrar relevante interesse público.
 - (E) A edição de súmula, decorrente do julgamento do incidente, dependerá de decisão unânime dos julgadores, pelo quórum de dois terços.

50. José, sócio da Sociedade Alvorada Editora Ltda., para fins de integralização do capital social referente às suas cotas, transferiu para a sociedade um imóvel no valor de R\$ 200.000,00. No que respeita à referida transmissão, é correto afirmar que

- (A) incidirá o imposto sobre a transmissão de bens e direitos a eles relativos, cuja competência é estadual.
- (B) incidirá o imposto sobre a transmissão de bens imóveis, em razão da onerosidade da operação, cuja competência é municipal.
- (C) não incidirá o imposto sobre a transmissão de bens imóveis, de competência municipal, caso haja lei isentante específica que assim autorize.
- (D) não incidirá o imposto sobre transmissão de bens imóveis, de competência municipal, pois a atividade da sociedade não se enquadra nas exceções constitucionais para as quais a exação é permitida.
- (E) incidirá o imposto sobre a transmissão do bem imóvel, de competência municipal, a ser calculado sobre o valor venal do bem, e o imposto sobre a transmissão de bens, de competência estadual, cuja base de cálculo será o valor dos direitos que decorram do bem.

51. Caso determinado município opte, na forma da lei, por fiscalizar e cobrar o Imposto Territorial Rural, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal, é correto afirmar que

- (A) não poderá fazê-lo, por invadir competência federal constitucionalmente prevista.
- (B) poderá fazê-lo, somente se a União delegar sua competência legislativa a fim de que o município publique lei instituindo o imposto em seu âmbito territorial.
- (C) não poderá fazê-lo, salvo se a União renunciar expressamente à competência que possui.
- (D) poderá fazê-lo, se a União autorizar, e desde que o município lhe repasse 50% da receita que arrecadar.
- (E) poderá fazê-lo, caso em que terá direito à totalidade dos valores que a título do imposto arrecadar.

52. Assinale a alternativa correta acerca do pagamento como modalidade de extinção do crédito tributário.

- (A) Quando parcial, importa em presunção de pagamento das prestações em que se decompõe.
- (B) Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, deve ser efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito ativo.
- (C) Se existirem, simultaneamente, dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, em primeiro lugar, aos débitos decorrentes de responsabilidade tributária e, em segundo lugar, por obrigação própria.
- (D) Se o pagamento for efetuado em estampilha, nos casos previstos em lei, a perda ou destruição da estampilha, ou o erro no pagamento por esta modalidade, não dão direito a restituição, salvo nos casos expressamente previstos na legislação tributária, ou naquelas em que o erro seja imputável à autoridade administrativa.
- (E) A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, em caso de exigência, por mais de uma pessoa jurídica por tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador, caso em que poderá versar, inclusive, sobre a anulação do lançamento do crédito exigido.

53. O requerimento da medida cautelar fiscal independe da prévia constituição do crédito tributário quando o devedor

- (A) sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
- (B) tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando elidir o adimplemento da obrigação.
- (C) notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal põe ou tenta por seus bens em nome de terceiros.
- (D) caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens.
- (E) contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.

DIREITO FINANCEIRO

54. De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Para fins da referida lei, a prorrogação de despesa criada por prazo determinado considera-se

- (A) não autorizada.
- (B) aumento de despesa.
- (C) prorrogação atípica.
- (D) prorrogação sistêmica.
- (E) investimento.

55. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as regras estabelecidas pela Lei nº 10.520/02. Acerca do assunto, é correto afirmar que

- (A) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 5 dias úteis.
- (B) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela serão imediatamente desclassificados em razão das ofertas serem consideradas inexequíveis.
- (C) se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, caso em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- (D) examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro declará-la como vencedora independentemente de motivação a respeito de sua aceitabilidade, posto que atingida a finalidade do pregão.
- (E) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 8 dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes intimados para, em igual número de dias, apresentar contrarrazões.

56. Nas contratações de obras, serviços e compras, segundo a disciplina da Lei nº 8.666/93, a autoridade competente, em cada caso e desde que previsto no instrumento convocatório, poderá exigir que seja prestada garantia não excedente a 5% do valor do contrato. Contudo, tratando-se de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados por meio de parecer tecnicamente aprovado pela referida autoridade, esse limite poderá ser elevado para

- (A) 50%.
- (B) 30%.
- (C) 20%.
- (D) 15%.
- (E) 10%.

57. Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços das dívidas a pagar; os depósitos e os débitos da tesouraria, de acordo com a Lei Geral do Orçamento, estão compreendidos

- (A) no refinanciamento da dívida.
- (B) na dívida flutuante.
- (C) nos investimentos.
- (D) na contraprestação de garantia.
- (E) no risco futuro.

DIREITO PENAL

58. Assinale a alternativa correta sobre o concurso de pessoas.

- (A) Admite-se a participação por omissão em crime comissivo, quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não se admite em crimes omissivos, por induzimento ou instigação.
- (B) Para que se admita a concorrência de culpas no crime culposo, é necessário que cada agente atue com consciência de que está colaborando com a conduta culposa de outrem.
- (C) A pena será agravada em relação ao agente que instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.
- (D) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços.
- (E) As condições e circunstâncias pessoais do agente não se comunicam ao coautor ou participe ainda que circunstâncias elementares ao crime.

59. Sobre as causas extintivas de punibilidade, é correto afirmar que a

- (A) lei posterior que deixa de considerar como infração um fato que era anteriormente punido (*abolitio criminis*) exclui os efeitos jurídicos penais e civis decorrentes da aplicação da lei anterior.
- (B) prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa e nos casos dos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- (C) perempção pode ser reconhecida na ação privada exclusiva e na ação privada subsidiária da pública e havendo dois ou mais querelantes, sua ocorrência alcança somente aquele que lhe deu causa, prosseguindo quanto aos demais.
- (D) decadência, perda do direito de ação ou de representação do ofendido em face do decurso de tempo, tem prazo sujeito a interrupção ou a suspensão.
- (E) anistia pode ocorrer antes ou depois da sentença, opera efeito *ex nunc* e não abrange os efeitos civis da decisão.

60. Assinale a alternativa correta sobre o crime de peculato, tipificado no artigo 312 e parágrafos do Código Penal.

- (A) É crime próprio e não admite o concurso de pessoas.
- (B) No peculato culposo a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz de metade a pena imposta.
- (C) Admite o concurso de pessoas desde que a qualidade de funcionário público, elementar do tipo, seja de conhecimento do particular coautor ou partícipe.
- (D) Para a caracterização do peculato-furto, afigura-se necessário que o funcionário público tenha a posse do dinheiro, valor ou bem que subtrai ou que concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio.
- (E) No peculato doloso a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.

61. Assinale a alternativa correta.

- (A) A ação para ressarcimento do dano proposta no juízo cível contra o autor do crime e, se for o caso, contra o responsável civil, condiciona-se à existência da ação penal.
- (B) Intentada a ação penal, o juiz da ação cível, ao ter conhecimento desse fato, poderá ou não suspender o curso da ação cível, até o julgamento definitivo da ação penal.
- (C) O ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros, após o trânsito em julgado, podem executar a sentença condenatória no valor fixado para reparação dos danos causados pela infração, sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido.
- (D) A sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito, não faz coisa julgada no cível.
- (E) A decisão que julgar extinta a punibilidade, bem como a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime e categoricamente reconhecer a inexistência material do fato não impede a propositura da ação civil.

62. Sobre a prisão, assinale a alternativa correta.

- (A) Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, desde que observada a competência territorial do juiz que a expediu.
- (B) Mesmo quando as autoridades locais tenham fundadas razões para duvidar da legitimidade da pessoa do executor, da legalidade do mandado que apresentar, ou sobre a identidade do preso poderão colocá-lo em custódia, até que fique esclarecida a dúvida.
- (C) Se o executor do mandado verificar, com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão e acaso não seja obedecido imediatamente, convocará duas testemunhas e, sendo dia ou noite, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso.
- (D) O juiz competente providenciará, no prazo de três dias, o registro do mandado de prisão em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça para essa finalidade.
- (E) Quando o acusado estiver no território nacional, fora da jurisdição do juiz processante, será deprecada a sua prisão e o juiz processante deverá providenciar a remoção do preso no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da efetivação da medida.

63. É correto afirmar que

- (A) a nulidade ocorrerá por incompetência, suspeição, impedimento ou suborno do juiz.
- (B) caberá apelação da decisão que anula o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.
- (C) a nulidade do julgamento em plenário, em audiência ou em sessão do tribunal, poderá ser arguida logo depois que ocorrer ou por ocasião da interposição do recurso.
- (D) a incompetência do juízo anula os atos ordinatórios e decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- (E) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

64. Assinale a alternativa correta.

- (A) O aviso prévio poderá ser trabalhado ou indenizado. O período referente ao aviso prévio, exceto quando indenizado, integra o tempo de serviço para todos os efeitos legais.
- (B) O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data de sua correção salarial, terá direito à indenização adicional equivalente a um salário mensal. O tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito de tal indenização adicional.
- (C) A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, não retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- (D) Durante o período de aviso prévio, o empregado que trabalhar 2 horas diárias a menos receberá o valor do salário proporcional ao tempo efetivamente trabalhado, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador.
- (E) O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado até o quinto dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

65. Determinado empregado começa a trabalhar no dia 01.02.2010, com remuneração no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Em 01.05.2012, é dispensado imotivadamente sem ter gozado nenhum período de férias. Durante o contrato de trabalho, seu salário sofreu os seguintes reajustes: em 01.07.2010, passou para R\$ 1.100,00; em 01.02.2011, passou para R\$ 1.200,00; em 01.07.2011, passou para R\$ 1.500,00 e, em 01.02.2012, passou para R\$ 1.700,00. Diante disso, e dos termos da Súmula 7 do TST, é correto afirmar que a indenização do primeiro período de férias vencidas e não gozadas deve ser calculada com base em

- (A) R\$ 1.000,00.
- (B) R\$ 1.100,00.
- (C) R\$ 1.200,00.
- (D) R\$ 1.500,00.
- (E) R\$ 1.700,00.

66. De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Beneficiam-se do regime legal relativo aos bancários os empregados de estabelecimento de crédito pertencentes a categorias profissionais diferenciadas.
- (B) Empregado integrante de categoria profissional diferenciada tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.
- (C) O dissídio coletivo é meio próprio para o Sindicato vir a obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada, pois essa matéria – enquadramento sindical – envolve a interpretação de norma genérica, notadamente do art. 577 da CLT.
- (D) É por lei, e não por decisão judicial, que as categorias diferenciadas são reconhecidas como tais. De outra parte, no que tange aos profissionais da informática, o trabalho que desempenham sofre alterações, de acordo com a atividade econômica exercida pelo empregador.
- (E) A legitimidade da entidade sindical para a instauração da instância contra determinada empresa não está condicionada à prévia autorização dos trabalhadores da suscitada diretamente envolvidos no conflito.

67. Assinale a alternativa correta.

- (A) Não compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social (arts. 114, VIII, e 195, I, "a", da CF), pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho (arts. 11 e 22 da Lei nº 8.212/1991).
- (B) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal ou contrariedade a Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) A União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, não estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação.
- (D) A admissibilidade do recurso de embargos contra acórdão de Turma em Recurso de Revista em fase de execução, publicado na vigência da Lei nº 11.496, de 26.06.2007, condiciona-se à demonstração de divergência jurisprudencial entre Turmas ou destas e a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho em relação à interpretação de dispositivo constitucional.
- (E) O *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.

68. Assinale a alternativa correta.

- (A) Atribuído o valor da causa na inicial da ação rescisória ou do mandado de segurança e não havendo impugnação, nos termos do art. 261 do CPC, é defeso ao Juízo majorá-lo de ofício, ante a ausência de amparo legal.
- (B) A interposição de recurso de revista de decisão definitiva de Tribunal Regional do Trabalho em ação rescisória ou em mandado de segurança, com fundamento em violação legal e divergência jurisprudencial e remissão expressa ao art. 896 da CLT, autoriza o seu recebimento como recurso ordinário, em face do princípio da fungibilidade.
- (C) É juridicamente possível o pedido de corte rescisório de decisão que, reconhecendo a configuração de coisa julgada, nos termos do art. 267, V, do CPC, extingue o processo sem resolução de mérito.
- (D) A contestação apresentada em sede de ação rescisória obedece à regra relativa à contagem de prazo constante do art. 241 do CPC, ou seja, tem início com a juntada aos autos do mandado devidamente cumprido.
- (E) Para que a violação da lei dê causa à rescisão de decisão de mérito alicerçada em duplo fundamento, não é necessário que o Autor da ação rescisória invoque causas de rescindibilidade que, em tese, possam infirmar a motivação dúplice da decisão rescindenda.

DIREITO ELEITORAL

69. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a prestação de contas do partido, exigindo a observação da

- (A) obrigatoriedade de constituição de comitês e designação de dirigentes partidários específicos, para movimentar recursos financeiros nas campanhas eleitorais.
- (B) caracterização da responsabilidade dos dirigentes do partido e comitês, inclusive do tesoureiro, que responderão, civil e criminalmente, por quaisquer irregularidades.
- (C) obrigatoriedade de ser conservada pelo partido, por prazo não inferior a cinco anos, a documentação comprobatória de suas prestações de contas.
- (D) escrituração contábil, com documentação que comprove a entrada e saída de dinheiro ou de bens recebidos e aplicados.
- (E) obrigatoriedade de prestação de contas, pelo partido político, seus comitês e candidatos, no encerramento da campanha eleitoral.

70. Sobre o alistamento eleitoral, é correto afirmar que

- (A) podem alistar-se os eleitores que estejam privados temporariamente dos direitos políticos, os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (B) para efeito da inscrição do eleitor considera-se domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente e verificando-se ter o alistando mais de uma, considera-se como domicílio somente uma delas.
- (C) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros podendo, entretanto, os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.
- (D) os partidos políticos, por seus delegados, podem promover a exclusão de qualquer eleitor inscrito ilegalmente, vedada a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.
- (E) a suspensão ou perda dos direitos políticos e a pluralidade de inscrição acarretaram a exclusão do eleitor e podem ser promovidas *ex officio*, a requerimento de delegado de partido ou de qualquer eleitor.

71. O crime de corrupção ativa e passiva eleitoral, tipificado no artigo 299 do Código Eleitoral, é

- (A) crime material, tem como objetividade jurídica o livre exercício do voto, caracteriza-se com a promessa de vantagem que precisa ser aceita e sua consumação depende do resultado das eleições.
- (B) crime formal, caracteriza-se com a promessa de vantagem que não precisa ser aceita, sendo necessária que a solicitação ou recebimento de dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem se vincule à promessa de voto e sua consumação independe do resultado das eleições.
- (C) crime formal, tem como objetividade jurídica o livre exercício do voto, caracteriza-se com a promessa de vantagem que não precisa ser aceita e sua consumação depende do resultado das eleições.
- (D) crime material, sendo desnecessária que a solicitação ou recebimento de dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem se vincule à promessa de voto e sua consumação independe do resultado das eleições.
- (E) crime formal, caracteriza-se com a promessa de vantagem que não precisa ser aceita, sendo desnecessária que a solicitação ou recebimento de dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem se vincule à promessa de voto e sua consumação independe do resultado das eleições.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

72. A Lei nº 9.605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Assinale a alternativa que traz uma atenuante à aplicação das penas de crimes ambientais descritos nessa lei.

- (A) A comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental.
- (B) Ser o agente reincidente nos crimes de natureza ambiental.
- (C) Cometer a infração concorrendo para danos na propriedade alheia.
- (D) Cometer a ação sem a participação de agentes ambientais.
- (E) O alto grau de escolaridade do agente.

73. O direito de preempção confere ao Poder Público Municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, de acordo com a Lei nº 10.257/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da CF/88, traçando as diretrizes da Política Urbana Nacional.

Assim, é correto afirmar que

- (A) tal direito será exercido pelo Poder Público para fins de constituição de reserva de capital.
- (B) a lei estadual, baseada no plano diretor de cada município, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.
- (C) o direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado em legislação municipal, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.
- (D) a alienação processada em condições diversas da proposta apresentada será considerada anulável.
- (E) o proprietário deverá notificar ao Município sua intenção de alienar o imóvel, para que qualquer ente público, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

74. A Lei nº 8.080/90 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. É correto afirmar que cabe à direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS):
- (A) identificar estabelecimentos hospitalares e gerir sistemas públicos de alta complexidade de referência estadual e regional.
 - (B) acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS).
 - (C) participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho.
 - (D) formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.
 - (E) controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
75. Sobre a organização da Assistência Social, tutelada pela Lei nº 8.742/1993, é correto afirmar que
- (A) a organização da assistência social tem como base a centralização político-administrativa para os Estados em comando único das ações nessa esfera de governo.
 - (B) para efeitos desta lei, proteção social básica é o conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.
 - (C) para a legislação em referência, proteção social especial é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
 - (D) o funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Federal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.
 - (E) a vigilância socioassistencial é um dos instrumentos de proteção da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.
76. A Convenção dos direitos das pessoas com deficiência foi instituído pelo Decreto-Lei nº 6.949/2009. Assinale a alternativa com a correta definição trazida pela lei sobre o termo “adaptação razoável” .
- (A) É a disponibilização de visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis.
 - (B) São as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.
 - (C) Abrange a disseminação entre os deficientes de informações sobre as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não falada.
 - (D) É qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.
 - (E) É a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. Tal não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.

77. A Lei Complementar Municipal de Rosana, nº 38/2014, estabelece o Regime Jurídico Único dos seus servidores. Sobre a concessão de licenças ao seus servidores, é correto afirmar que

- (A) no caso de aborto espontâneo, a servidora terá licença remunerada pelo prazo de 45 dias.
- (B) ao servidor que for convocado para prestar serviços militares será concedida licença com remuneração parcial de cinquenta por cento de seu ordenado.
- (C) o servidor que tenha seu cônjuge acometido por doença grave, atestada por um médico, da qual sejam necessários seus cuidados pessoais, não podendo tal assistência ser prestada simultaneamente com seu cargo, poderá ter concedida licença remunerada nos três primeiros meses.
- (D) após cada triênio ininterrupto de exercício de cargo no município, o servidor fará jus a licença-prêmio de três meses mediante remuneração.
- (E) é possível ser concedida licença ao servidor para atender a interesses particulares, pelo prazo máximo de seis meses, sem recebimento de remuneração.

78. Segundo o que prevê a Lei Orgânica do Município de Rosana, dependerá da aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, a legislação que tratar de

- (A) alteração da Lei Orgânica Municipal.
- (B) aprovação e alteração do plano diretor de desenvolvimento integrado.
- (C) alienação de bens imóveis.
- (D) concessão de direito real de uso.
- (E) criação de cargos e aumento de vencimentos de servidores.

79. Sobre o Abono de Natal, previsto na Lei Complementar Municipal nº 38/2014, é correto afirmar que

- (A) os ocupantes de cargos comissionados farão jus ao recebimento dos valores pagos a este título.
- (B) tal abono será pago tanto aos servidores na ativa quanto aos aposentados, sendo porém, que os já desligados do serviço público receberão apenas cinquenta por cento de sua remuneração.
- (C) independentemente do tempo de serviço de cada servidor, ao final do ano, receberá o valor integral de sua remuneração a título deste abono.
- (D) tal benefício será pago em duas parcelas, sendo a primeira paga até julho do ano corrente e a segunda até o dia vinte de dezembro.
- (E) mesmo a requerimento do servidor é vedado que tal abono seja recebido quando da concessão de férias.

80. É da competência exclusiva do Município de Rosana, nos termos de sua Lei Orgânica,

- (A) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- (B) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- (C) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos.
- (D) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.
- (E) instituir impostos sobre vendas a varejo, de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel e gás liquefeito de petróleo.

